

CORONELISMO, JORNALISMO E RELAÇÕES DE PODER NO SUL DA BAHIA

ALBUQUERQUE, Eliana Cristina Paula Tenório de¹

A Região Cacaueira da Bahia

Abrangendo 54 municípios, uma área de 25.513 km² e uma população residente de 1.385.760 habitantes, a região cacaueira da Bahia possui o equivalente a 11,1% do total populacional existente no Estado (ALBUQUERQUE, 2004:37). Nesta área, se destacam os municípios de Itabuna e Ilhéus, que adquiriram destaque mundial através da literatura, especialmente das obras de Jorge Amado e Adonias Filho, que descreveram parte expressiva da cultura e economia no século XX, enfatizando a monocultura do cacau, suas lutas e hábitos.

É na primeira metade desse século que os municípios da então denominada *microrregião cacaueira*, ganham importância econômica e política estadual e federal. A região era, então, o maior produtor brasileiro de cacau e um dos maiores do mundo, respondendo por mais da metade dos recursos gerados pela Bahia para o Brasil. Esse posto se mantém até a década de 1940, quando a monocultura passa a sofrer crises cíclicas, ora atacada por pragas e doenças, ora devido à queda de preços do cacau no mercado internacional ou a alterações climáticas. A região vai perdendo, paulatinamente, a posição de destaque nacional, e Ilhéus - seu maior centro urbano e um dos principais da Bahia - passa a ocupar lugar secundário no panorama estadual.

Este quadro se agrava a partir da década de 70, quando o governo militar toma o poder e desloca os investimentos da agricultura para a indústria primária, de interesse dos grandes investidores internacionais, especialmente do governo norte-americano. Assim, a Bahia tem seus recursos agrícolas esvaziados e voltados para a construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, no litoral norte de Salvador (idem:39). Sem investimentos e com dificuldade em conter as pragas que atacam os cacauais, os produtores não conseguem manter a qualidade do produto, que se torna inferior ao produzido na África, perdendo a possibilidade de exportação. Aos poucos – e como resultado da luta desesperada para manter suas plantações – os fazendeiros vão acumulando dívidas, até que, a partir da década de 90, admite-se a falência do modelo econômico regional e passa-se a investir em outras áreas, como turismo, pesca, fruticultura, indústria de eletro-eletrônicos, entre outras.

¹ Jornalista, professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Bahia, onde coordena a Área de Conhecimento em Som e o Projeto de Rádio Universitária. E-mail: nanealbuquerque@hotmail.com.br.

A educação superior, antes restrita aos filhos dos mais ricos, torna-se mais acessível a outros setores sociais a partir da formação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e de várias faculdades particulares. Atrai para o eixo Ilhéus-Itabuna milhares de jovens de outras cidades do país e essa convivência multicultural vem contribuindo para modificar as idéias e preconceitos que os indivíduos locais têm sobre si e sobre o outro, permitindo às novas gerações um olhar crítico sobre a história que os gerou.

A História Regional

A história da região sul da Bahia está intimamente ligada à história de Ilhéus e remonta ao século XVI, quando Portugal dividiu o Brasil em Capitanias Hereditárias.

Em 1534, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi doada ao fidalgo português Jorge de Figueiredo Correia. Sem pretensões de abandonar a Corte, o donatário enviou para a terra desconhecida o castelhano Francisco Romero, que chegou em 1535, fundando no alto do morro designado como *Outeiro de São Sebastião*, a Vila de São Jorge dos Ilhéus (BARBOSA, 1994:34).

Conforme Andrade (2003:36), a Capitania de Ilhéus “possuía 50 léguas de costa e, para dentro, ia até o meridiano do Tratado de Tordesilhas”. Ou seja, compreendia o que é hoje parte do município de Salvador, do estado de Goiás e de Brasília.

Barbosa (1994:45) conta que a Capitania progride, chegando a produzir de 12 a 14 mil arrobas de açúcar nos seus primeiros anos de fundada. Isso atrai para seu território muitos aventureiros de outras regiões, em busca de ouro, prata, madeira e pedras, o que faz com que a Vila de São Jorge logo se torne a mais rica e cobiçada do Brasil.

O ritmo de progresso começa a diminuir a partir de 1545, quando se iniciam os confrontos entre Francisco Romero, colonos e indígenas. A morte de Jorge de Figueiredo, em 1551, acelera o processo de desmantelamento da Vila, que se torna campo de guerra e, como tal, pobre e improdutivo, entrando em decadência.

Em 1754, a capitania é incorporada à Capitania da Bahia, já pertencente à Coroa e, em 1761, passa a ser “Comarca de Ilhéus”, tornando-se independente da Bahia, conforme conta Oliveira (2002:76). Em 28 de junho de 1881, através de lei provincial, foi elevada à categoria de cidade pertencente ao Estado da Bahia e preservando o nome de São Jorge dos Ilhéus.

O cacau chega à Bahia em 1746, pelas mãos do fazendeiro português Antônio Dias Ribeiro, que inicia seu cultivo na fazenda Cubículo (hoje município de Canavieiras), com sementes oriundas do Pará. A planta, nativa da Amazônia, se mostra perfeitamente adaptável às condições climáticas locais e se desenvolve plenamente a partir de 1822, com a chegada dos grupos de imigrantes alemães a Ilhéus. Instalados às margens do Rio Almada e, depois, do

Rio Cachoeira, iniciam o que vem a ser chamado posteriormente de “civilização do cacau”, como ressalta Borges de Barros (1931:98).

No fim do século XIX e início do século XX, expande-se a ocupação de terras no sul da Bahia, com o objetivo de plantar cacau. As antigas Sesmarias² passaram a ser disputadas e ocupadas por pessoas oriundas de vários setores sociais e de formações diversas: herdeiros legítimos; pequenos agricultores; descendentes dos primeiros colonos; imigrantes estrangeiros e de diversas partes do Brasil, especialmente nordestinos que fugiam da seca; comerciantes e tropeiros de diversas origens; profissionais liberais e políticos.

A imigração intensiva resulta por formar o maior núcleo populacional da Bahia, correspondente a quase 20% do total da população estadual da época, e estabelece as bases sociais para o que Falcón (1995:27) identifica como *coronelismo cacaueiro* e que vem a se tornar característica dessa região.

É verdade que o cacau mudou a história de Ilhéus e de todas as cidades que foram se desmembrando da antiga capitania e ganhando autonomia político-administrativa. Por outro lado, a soberania econômica fez deste, ao longo do século, um lugar de arrogância e poder indiscutíveis, tornando-se palco para muitas lutas pela posse de terras. As figuras dos *coronéis de cacau com seus jagunços*³ e, paralelamente, da vasta camada social - *os peões da roça*⁴ - que vive à margem desta sociedade e em condições subumanas, transformam a região sul da Bahia em local peculiar e contraditório.

Com esta espécie de arrumação social, os crimes de mando aumentam. Emboscadas, saques, assassinatos, espancamentos e vinganças passam a configurar o cotidiano regional. É nesse clima acirrado que, em 28 de julho de 1910, o arraial de Tabocas – principal centro comercial de Ilhéus - se emancipa, fazendo nascer o município de Itabuna. Está também instalada a imprensa regional.

O Jornalismo Regional

Se a história do jornalismo brasileiro começa a se delinear a partir de 1808, com a chegada da Família Real à colônia, na região sul da Bahia os primeiros jornais surgem mais de 100 anos depois, para defender posições políticas e interesses dos cacauicultores, o que termina por escrever uma página particularmente passional na história do jornalismo baiano.

² latifúndios com direitos legalizados por títulos de domínio desde o período colonial

³ Sobre os coronéis, Andrade (2003:17) explica que havia dois tipos deles: os que compravam a patente na Corporação dos Oficiais da Guarda Nacional e o outro tipo, formado por homens ricos, com poder político e o respeito da população que, em sinal de respeito, os chamavam de coronéis. Estes *coronéis* sem patente possuíam armas e homens que faziam sua segurança pessoal, de suas terras e famílias: os jagunços.

⁴ O termo *roça* é comumente usado na região para designar as fazendas de cacau. Assim, *peão da roça* é o mesmo que *trabalhador das fazendas de cacau*.

Assim como foi no restante do Brasil em parte dos séculos XIX e XX, as idéias da classe dominante eram escritas por literatos, políticos, poetas e curiosos de vários matizes, que se tornaram jornalistas⁵ na prática.

A atividade jornalística da época, de acordo com o que contam Albuquerque e Rocha (2002:7), era “desprovida de qualquer conceituação teórica ou código deontológico que regulasse a atuação profissional”, mas particularmente recheada de emoção, aventura e enfrentamentos, tornando-se “um eficiente instrumento a serviço de interesses dos coronéis”. Segundo as autoras, isso explica no fato dos jornais locais surgirem e desaparecerem em curto espaço de tempo, quase sempre após sofrerem algum tipo de atentado. Seus redatores, ligados a grupos políticos, religiosos e econômicos, obtinham prestígio e passavam a ser perseguidos com a mesma facilidade.

Conforme cronologia feita por Aquino (2000:67), em 1901 o primeiro jornal regional foi fundado: a “Gazeta de Ilhéus”, que está entre os mais antigos da Bahia. No ano seguinte, é fundado “A Voz do Povo”, que dura um ano, quando surge “A Lucta”, para durar até 1911.

A Gazeta de Ilhéus e A Lucta foram responsáveis por alguns dos momentos mais tensos da história escrita regional quando se tornaram trincheiras de luta dos grupos antagônicos, que controlavam a economia e a política na região. Isso persistiu até A Gazeta acabar, em 1906, depois de sofrer vários atentados. Itabuna, então em luta por sua emancipação político-administrativa e servindo de palco real para a guerra iniciada entre famílias locais por posse de terras fronteiriças com Ilhéus, ganhou seus primeiros jornais no ano de 1905: “O Itabuna” e “O Labor”, que também duraram pouco. Até 1910, Itabuna viu nascer e morrer mais cinco jornais, todos de cunho político. Em Ilhéus não foi diferente e entre 1912 e 1915 quatro jornais circularam, apesar de nenhum admitir o vínculo com o coronelismo.

A partir de 1915, o clima político se torna mais tenso e o uso da violência para calar a voz dos descontentes é comum, com a ocorrência de espancamentos, assassinatos e outros crimes, sempre a mando de algum coronel. O governo da Bahia se beneficiava política e economicamente dessas lutas, assistindo aos fatos sem interferir (LINS, 1988:97).

Em 1917, o *coronel* Gileno Amado lançou em Itabuna o jornal “A Época”, para lhe dar cobertura e apoio político e, com isso, tornou-se hábito que cada *coronel* (ou grupo político) lançasse seu próprio jornal. Foi assim que, em 1919, fundaram o jornal “Folha de Ilhéus” e, em 1920, “O Comércio”, que durou até 1925.

⁵ O termo *jornalista* é usado até o final dos anos 90 para designar aqueles que escreviam em jornais e não como profissão, tal como se tem na atualidade, apesar da lei de regulamentação profissional ser da década de 80.

O que há de peculiar nesse período é que os jornais passam a se definir claramente como pertencentes a um determinado coronel. De certa forma, derruba-se neste momento – ainda que provisoriamente - a hipocrisia que rege historicamente as relações da mídia com o público, uma vez que, sabendo quem manda na informação, o receptor pode ter a chance de colocar-se diante dela de forma crítica (ou não), a depender dos seus próprios condicionamentos, interesses e opiniões, como analisa Miège (2000:53).

Esta prática se mantém até 1926, quando da publicação do jornal “O Intransigente”, em Itabuna, que circulou por mais de 30 anos, chegando ao final da década de 50 com a afirmação de um jornalismo mais comprometido com os assuntos gerais e de interesse coletivo e menos voltado para conteúdos político-partidários ou pessoais.

Esse modelo de jornalismo, longe de ser independente e desvinculado politicamente, apenas reconfigura sua dependência, que passa do sentido político – com o fator econômico sendo um dos seus desdobramentos – para o sentido econômico – com o fator político se tornando implícito a este. É o que Lage (2001:49) chama de “jornalismo de oposição aparente”.

Nessa mesma perspectiva, foi fundado o “Diário da Tarde de Ilhéus”, em 1928, que durou oficialmente até 1998 e representou um marco na imprensa regional. Sobreviveu às mudanças tecnológicas, ao avanço e vieses da história por 70 anos. Formou boa parte dos mais antigos profissionais de jornalismo da região e inovou na linguagem utilizada pelos jornais essencialmente políticos. Foi fechado por falta de recursos e acúmulo de débitos trabalhistas e fiscais, no mesmo período em que a região admite sua total falência econômica e começa a repensar o modo de vida regional, até então calcada em exageros e excentricidades⁶.

As mudanças iniciadas através dos jornais O Intransigente e Diário da Tarde, ainda que tímidas, deram ao jornalismo regional a possibilidade de se aproximar das tendências nacionais que eram apresentadas ao público local através do Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro e jornal A Tarde, de Salvador, que já se postulava como *mediador isento* entre os fatos e o público, como convinha à imagem da empresa jornalística em consolidação. Vale ressaltar que os conceitos de isenção, independência e imparcialidade no jornalismo, surgidos a partir da revolução industrial, passam a ser difundidos no Brasil com a crescente dominação capitalista, do século XIX até a primeira metade do século XX (LAGE, 2001:67).

⁶ Consta que nos chamados *anos de ouro do cacau*, a maioria dos coronéis e suas famílias iam mais de uma vez por mês para o Rio de Janeiro, Salvador e/ou Paris, a fim de fazer compras ou em busca de outro tipo de diversão, o que só vem a ser modificado após o início da crise derradeira da monocultura cacauzeira, já na década de 90, quando a lavoura foi praticamente dizimada pela praga denominada popularmente por “Vassoura de Bruxa” e os herdeiros dos antigos coronéis foram obrigados a buscar alternativas de vida mais modestas.

Observa-se, a partir daí, uma crescente mudança no modo de atuação dos veículos impressos regionais que abandonam aos poucos a postura explicitamente truculenta e arrogante dos antigos coronéis para aderir a uma postura mais moderna, porém igualmente arrogante: a da busca do convencimento público através da informação direcionada, unilateral, parcial e propositalmente truncada, onde as opiniões divergentes não têm chance de se apresentar e a verdade factual pode ser descartada. O texto declaradamente opinativo é, assim, substituído pelo texto estruturalmente informativo, mas que contém, na sua essência, toda a carga da opinião dominante.

Sob a lógica da dominação, pode ser dizer que a velha forma de controle dos meios apenas muda de feição, passando do declarado ao implícito, mas continuando a ser ditado pelo poder político, aqui transvertido de poder econômico, o que passa a ser manifestado agora de inúmeras formas, tais como: a) boicote financeiro aos jornais; b) cortes na autorização de veiculação das propagandas e notas oficiais ou particulares; c) proibição indireta de venda em bancas (os proprietários são proibidos de receber e vender os jornais sob pena de perder o ponto); d) não concessão de documentos públicos e obrigatórios para funcionamento das empresas jornalísticas; e) cobranças de dívidas fiscais antigas, geralmente feitas com valores exagerados e prazos de pagamento exíguos; f) chantagens e ameaças indiretas aos redatores, entre outras formas de coação.

Essa tendência é acentuada quando a primeira emissora de rádio da região - a Rádio Cultura de Ilhéus - vai ao ar, em 1949. A rádio logo passa a ser olhada com desconfiança e cobiça, o que apressa a fundação de outras emissoras: Rádio Clube de Ilhéus (1950); Rádio Clube de Itabuna (1956); Rádio Santa Cruz (1959); Rádio Baiana de Ilhéus (1961).

O rádio cresce. As programações das emissoras são variadas e populares, com a participação direta dos ouvintes e notícias atuais, geralmente voltadas para a regionalidade. As narrativas esportivas marcam especialmente essa fase e ganham feições de grandes acontecimentos.

Mas, apesar do sucesso do rádio, o jornalismo impresso se mantém em lugar seguro, com os textos dos jornais causando polêmica e movimentando as conversas das cidades da região.

A partir da década de 80, com a chegada do sistema FM e das emissoras de TV na região, os meios de comunicação passam a vincular-se mais estreitamente ao poder econômico e político, de quem dependem cada vez mais para sobreviver. Como consequência, a concepção de jornalismo continua a reboque da vontade das classes politicamente dominantes, agora expressadas através de grupos empresariais como a Rede Bahia, de propriedade da família do ex-senador Antônio Carlos Magalhães e a Rede Vida, da Igreja Universal do Reino de Deus.

Este fato é agravado pela inexistência de uma indústria consolidada e um comércio forte nas cidades regionais, o que mantém o padrão de vida da população em níveis restritos, impedindo o acesso à educação de qualidade, com mais informação e visão crítica dos fatos. Outro agravante é a existência de 48,8% de analfabetos e de grande número de moradores de áreas rurais, onde a escolaridade não chega com a facilidade e a informação está basicamente restrita à oralidade (Albuquerque, 2004:120-2).

A autora comprova isso quando constata que 99,7% das pessoas que moram em zonas rurais de Ilhéus possuem aparelho de rádio e 61,3% destes mantêm a audiência diária. Entre os ouvintes constantes, 76% são analfabetos ou chegaram até o primeiro grau, 21% têm segundo grau e apenas 3% estão cursando ou concluíram o terceiro grau. No mesmo universo, apenas 3% lê jornais ou revistas diariamente (idem).

Se essas circunstâncias fazem com que o número de leitores seja restrito e a audiência do rádio seja maior entre as camadas mais pobres da população, também fazem com que a quantidade de anunciantes para estes veículos seja muito aquém do que se precisa para sua manutenção. Assim, a falta de consumidores e, logo, de anunciantes, contribui também para a manutenção do sistema de *ajuda financeira*⁷ e de subjugação total dos meios ao capital.

Trabalho realizado por Oliveira (2006), ilustra bem este quadro: através da leitura diária dos jornais de Ilhéus e Itabuna, o autor observou que a linha editorial dos veículos muda repentinamente. Investigando os pagamentos realizados pelas prefeituras e câmaras de vereadores no mesmo período, o autor constatou o pagamento de valores aos veículos em estudo, coincidentemente quando estes jornais divulgavam mais amplamente as realizações do governo e falavam bem do referido gestor. Em outros momentos, quando havia espaços de meses entre um pagamento e outro, os jornais passavam a fazer o discurso de oposição.

No caso das emissoras de TV, o processo de ingerência econômica é mais delicado, uma vez que estas são vinculadas às redes estaduais e nacionais, que têm compromissos políticos, ideológicos e econômicos firmados em outra esfera do poder. Esta ingerência, quando ocorre, geralmente se dá nas pautas dos telejornais, cujas matérias só vão ao ar se estiverem de acordo com os interesses comerciais e políticos do grupo controlador estadual. As duas emissoras regionais - TV Santa Cruz e TV Cabralia - estão nesse contexto.

Dominação, descrédito e violência

⁷ Pagamento feito regularmente aos jornais e emissoras de rádio por órgãos públicos ou privados, políticos, profissionais liberais e comerciantes para que estes veiculem ou omitam informações relacionadas aos pagantes.

A partir da década de 80, sob influência das experiências já existentes em algumas das principais cidades do país, a prefeitura de Ilhéus passa a investir na comunicação institucional e a muda radicalmente o conceito de comunicação oficial até então existente na região.

A velha *secretaria de imprensa* de um só redator (não necessariamente jornalista) e um *retratista*, torna-se uma moderna e abrangente estrutura composta por um assessor-chefe e vários jornalistas a ele subordinados, fotógrafos, secretárias, *office-boys*, setor de recortes de jornais, rádio-escuta e uma infra-estrutura inédita para a região. Estabelece uma eficiente comunicação diária, através de boletins de notícias, com os vários veículos da região e cria, com estes, laços profundos que são reforçados por anúncios publicitários e cachês especiais para locutores e repórteres. Isto garante resultados concretos em termos de divulgação e termina por deslocar o eixo, antes disperso, de submissão ao capital privado, para a submissão, agora organizada, ao capital público, aqui representado pela prefeitura.

Esse modelo de assessoria é copiado por municípios vizinhos. Em pouco tempo as prefeituras, câmaras de vereadores, empresas e entidades de classe da região passam a lidar com a comunicação da mesma forma: utilizando a linguagem do controle econômico oficial e fazendo dela uma instituição claramente manipulada.

A primeira consequência desse mecanismo é o descrédito. Veículos onde isso é mais explícito tornam-se suspeitos do ponto de vista factual, uma vez que nem sempre a realidade coincide com as notícias divulgadas e, no caso regional, isso é facilmente comprovado. Outras consequências graves desse processo são as chantagens de que se tornaram vítimas os gestores públicos e, no caminho inverso, os constantes atentados e ameaças de que se tornaram vítimas os profissionais da comunicação regional.

Segundo relatos de ex-prefeitos e secretários municipais de Ilhéus (informação verbal)⁸, é comum que donos de jornais, colonistas e locutores de rádio reivindiquem pagamentos mensais para que veiculem notícias de interesse dos governos e do município ou não critiquem negativamente o governo.

Na contra mão desse fato, e de acordo o Sindicato dos Jornalistas da Bahia (2005:1), no período compreendido entre 1995 e 2005, 12 jornalistas e radialistas foram assassinados no sul da Bahia. O mais polêmico desses crimes – o assassinato de Manoel Leal, proprietário do Jornal A Região - levantou a discussão sobre a postura moralmente duvidosa de alguns veículos e a ética jornalística. Mas, principalmente, exaltou a necessidade de garantia dos princípios básicos da democracia e de sua bandeira maior: a liberdade de expressão.

⁸ Informação prestada pelo ex-prefeito de Ilhéus, Antônio Olímpio, em 10 de abril de 2004 e confirmada em 27 de maio de 2004 pelos ex-secretários municipais Jehovah Carvalho e Oséias Costa.

Conclusões

Observando a história do jornalismo regional e a prática contemporânea, constata-se a correção da idéia de Lage (op.cit.:57) quando diz que “por detrás da evolução da imprensa, do surgimento dos periódicos [...], encontra-se o processo de surgimento e afirmação da burguesia”. Na região sul da Bahia, onde a história começa a ser registrada a partir da colonização portuguesa, esse processo torna-se ainda mais cristalino: a imprensa regional surge e se consolida com o objetivo de afirmar os interesses da classe dominante à qual serve até os dias atuais, mesmo que de formas diversas da inicial.

Nota-se ainda que os interesses da maioria - que vem sendo excluída sistematicamente das decisões e das oportunidades de ascensão social - são confundidos com os interesses da minoria dominante. O jornalismo atua, neste sentido, como mediador interessado na manutenção da dominação, da qual se beneficia financeiramente. Os fatos são distorcidos e manipulados de acordo com interesses corporativos, ideológicos ou pessoais, numa clara deformação do que seja o interesse público.

Este fenômeno, originado no poder coronelista que foi moldado no inconsciente coletivo ao longo das décadas, continua pautando as ações da sociedade que, empobrecida e sem referenciais, encontra dificuldade em admitir-se como cidadã e assegurar seu direito à liberdade de pensamento e de expressão.

A classe dominante, formada nos dias atuais por políticos, funcionários públicos graduados e empresários, tem, de modo geral, uma visão semelhante à dos coronéis do passado e compreende o trabalho jornalístico como instrumento para a projeção de projetos pessoais, usando a força econômica para manter os meios na posição de reprodutores de suas verdades. Os empresários do setor, em geral, mantêm convenientemente a subserviência ao poder econômico e à ideologia que os sustentam para seus empreendimentos sobreviverem.

Parte dos profissionais regionais termina se acomodando e igualmente reproduzindo a ideologia dos que controlam os meios. A baixa qualificação e, em alguns casos, a falta de escolaridade necessária à produção da informação, agrava a situação do mercado de trabalho, ao que se somam os baixos salários e a carga horária excessiva de trabalho, além do desconhecimento sobre o que seja a função social do comunicador.

Por fim, no último aspecto desse fenômeno, está o público que, ao receber a informação local já deformada, termina por buscar informações através das redes nacionais, quase sempre distantes da vida regional. O resultado desse processo é o enfraquecimento da sociedade regional que, perde, aos poucos, a chance de registrar na memória coletiva a sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Eliana C. P. T. de. **A Comunicação Impressa em áreas de Proteção Ambiental – o caso da APA da Lagoa Encantada, em Ilhéus-Bahia.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Ilhéus: UESC/PRODEMA, 2004

_____ e ROCHA, Marlúcia M.da. **Jornalismo Regional - do coronelismo à subserviência.** In: Congresso do Redecom-Bahia, 1º, 2002, Salvador. *Trabalho apresentado...* Salvador: FACOM/UFBA, 2002.

ANDRADE, Maria P. **Ilhéus: passado e presente.** 2ª ed. Ilhéus: Editus, 2003.

AQUINO, Ramiro. **De Tabocas a Itabuna-100 anos de imprensa.** Itabuna: Agora, 2000

BARBOSA, Carlos. R. A. **Notícias Históricas de Ilhéus.** 3ª ed. Ilhéus: Colorgraf, 1994.

BORGES DE BARROS, Francisco. **Memórias sobre o município de Ilhéus.** Salvador: Typografia Baiana, 1931.

FALCÓN, Gustavo A de Oliveira. **Os coronéis do cacau.** Salvador: Ianamá, 1995.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LINS, Wilson et all. **Coronéis e Oligarquias.** Salvador: Ianamá, 1988.

MIÈGE, Bernard. **O Pensamento Comunicacional.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Abel Dias de. **Diagnóstico do Jornalismo no Sul da Bahia - perfil dos profissionais que fazem o conteúdo dos jornais e revistas regionais.** In: CD-ROM do Seminário de Pesquisa da FTC, 4º, 2006, Salvador. *Trabalho apresentado...* Salvador: FTC, 2006

SINJORBA, Sindicato dos Jornalistas da Bahia. **Dados sobre a regional sul.** In: Relatório da diretoria. Salvador: Sinjorba, 2005 (mimeo).